

Sem Comentários

O sindicato dos engenheiros gastou dinheiro para publicar uma nota dizendo que não participavam da greve da Celesc apesar de acharem que a greve "é um direito legítimo do trabalhador". Sem comentários.

Garantindo lá fora

Os Fundos de Pensão poderão fazer aplicações em moedas estrangeiras. Os estudos já estão sendo feitos pela equipe econômica. A liberação deverá vir somente após as eleições pois, com esta medida, prevê-se que a cotação do dólar aumente e atinja o Plano Real.

Para amantes de fotografia

Fica até 3 de outubro, no CIC uma exposição de fotos que mostra o melhor da produção da escola Bauhaus, grupo alemão que influenciou as artes na década de 30.

Oficina de telemática

De 5 a 19 de outubro, em todas as segunda, quartas e sextas-feira, das 16 às 18 horas, no Núcleo de Telemática de Florianópolis (posto de informações turísticas, em frente à catedral) acontece uma oficina de telemática (rede de computadores, acesso a banco de dados nacionais e internacionais). As inscrições podem ser feitas no Sinergia. Valor gratuito.

Privilégios

Todo dia, haja greve ou não, uma camionete Santana Quantum, da Celesc, (placas AB 9191) vai buscar, em casa, as secretarias da diretoria. Por quê?

Nº 286
22/09/94

LINHA VIVA

Greve total

Compareça ao coquetel de lançamento do livro (Re)inventando a cidadania dia 27 às 18h na sede do Sinergia



Até o final do terceiro dia da maior greve da Celesc não havia nenhuma proposta razoável por parte da empresa. Negociando desde as primeiras horas da paralisação, a Intersindical não conseguiu romper a intransigência da empresa.

Mesmo uma reunião com o governador no final da tarde de ontem (4ª) não acrescentou elementos à negociação. O único avanço até agora é a garantia de emprego até outubro do próximo ano. Do ponto de vista econômico, a proposta segue sendo 17% mais 4%. Outros avanços foram impedidos por telefone pelo presidente da Celesc, Vitor Fontana, que se encontra na região oeste. Os sindicatos têm tensionado no sentido de obter um contrato de gestão que vincule os reajustes salariais ao faturamento da empresa.

O nível de adesão ao movimento está acima de 90% em todo o estado, atingindo inclusive diversas áreas que tradicionalmen-

te não participavam de movimentos. Os grevistas estão mantendo os serviços essenciais, mas já ocorrem diversos problemas de atendimento no estado.

A greve da Celesc - conforme a Intersindical - é um movimento de resistência ao arrocho imposto pelo Plano Real, uma tentativa de romper a camisa de força em que foram colocados os salários. Em SC, além da Celesc, o BESC está com paralisação marcada para segunda-feira.

A Intersindical está mantendo o movimento com força total, até que chegue a vitória. Os eletricitários não devem se impressionar com ameaças de instauração de dissídio coletivo, por parte da empresa. "O que vai garantir a vitória é a mobilização, e como esta greve nunca se viu igual na história da Celesc", disparam os dirigentes da Intersindical.

Livro conta a história do Sinergia no seu aniversário

O Sinergia preparou uma intensa programação para comemorar seus 33 anos. A principal atividade será no dia 27 - dia do aniversário - quando será lançado o livro **(Re)inventando a cidadania**, que conta a história da entidade desde a sua fundação. O livro é resultado de uma pesquisa realizada por professores e alunos do Curso de História da UFSC, sob coordenação das professoras Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Flores.

O lançamento vai acontecer às 18 horas, durante a festa de aniversário, na sede do sindicato. Na comemoração vai ter teatro e muita música, além de um coquetel aberto à toda a categoria.

A programação de aniversário começou no início do mês, com a exposição de cartazes "Pátria Amada Esquartejada" que com fotos, gravuras, poemas e pequenos textos faz uma reflexão sobre a história do Brasil. O material esteve exposto de 1º a 12 de setembro no hall da Faculdade de Educação/UEDESC, com apoio da associação de docentes daquela instituição e da Elase. A exposição está agora no hall do Centro Integrado de Cultura-CIC, onde fica até 3 de outubro.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO - No dia 8 de setembro foi apresentado o polêmico vídeo "Muito Além do Cidadão Kane", produção de uma TV inglesa sobre o monopólio da Rede Globo no Brasil. Em seguida, houve um debate com o jornalista Celso Vicenzi.

Só mobilização garante saldo positivo na campanha salarial

A Eletrosul, dando continuidade à prática adotada nos últimos anos, na primeira reunião de negociação com a Intersul somente manifestou disposição de negociar oito cláusulas (extensão de direitos, isonomia entre áreas, auxílio creche, horas-extras, reembolso médico, credenciamento médico, programa de recuperação de dependentes de drogas e álcool, assistente social/psicólogo).

A empresa também apresentou uma pauta que deve ser avaliada pela assessoria da Intersul e pela categoria. Constatam da pauta da Eletrosul as seguintes cláusulas: exame de saúde periódico, conceituação de remuneração, serviços de manutenção, sobreaviso e desdobramento de férias. Ainda não está marcada a próxima rodada de negociações.

Na avaliação dos sindicatos a mobilização é que garantirá o sucesso desta campanha. Por isto a categoria deve estar alerta, usar as camisetas da campanha e os adesivos, porque esta é a hora de defender a empresa.

SINERGIA
33
Anos

Também ocorreram nos dias 20 e 21 debates sobre "Partidos Políticos e Oligarquias em SC", com a participação de Yan de Souza Carreirão e Marli Auras. O outro debate tratou de "Meios de Comunicação e Relações de Poder" com Itamar Aguiar, Fernando Melgarejo e Sérgio Murilo de Andrade.

ARTES PLÁSTICAS - A programação reservou espaço para os eletricitários produtores de artes plásticas. A 2ª Mostra Eletricitária de Artes Plásticas. Ela esteve no saguão da Eletrosul de 13 a 19 de setembro. Em breve a mostra seguirá para a Celesc. A Elase e a Abecelesc participam da promoção.

Também foram programadas oficinas de fotografia e vídeo popular. A de foto encerra no dia 23, com a orientação de Cláudio Brandão. A de vídeo será nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro, monitorada por Cristiana Tramonte e Márcio Vieira de Souza.

SETOR ELÉTRICO:

Com a palavra os candidatos...

O Linha Viva, no começo de agosto, pediu aos quatro candidatos ao governo do Estado de Santa Catarina que enviassem ao jornal um depoimento de 20 linhas sobre o que iria fazer em relação ao setor elétrico catarinenses e com os trabalhadores do Estado caso fosse eleito para o cargo e o que pensa das privatizações. Apenas dois candidatos responderam ao pedido.



Qualquer discussão honesta sobre o futuro do setor elétrico e as mudanças necessárias para enfrentar os desafios do novo milênio, esbarra no resultado das eleições do próximo dia 3. Os dois projetos que se colocam à escolha do eleitor são distintos e, conseqüentemente, apresentam propostas bastante diferenciadas.

O projeto neoliberal, representado por Fernando Henrique Cardoso e todas demais forças conservadoras deste país, prega e estimula o desmonte do setor elétrico existente, via aceleração das privatizações.

O outro projeto, representado nesta eleição por Luiz Inácio Lula da Silva, trata a energia elétrica como um bem social, direito de todo cidadão. Trata a energia como um instrumento de política de desenvolvimento e de bem estar social.

Para melhor ilustrar os efeitos desta diferença de projetos vamos pegar um exemplo atual, que está ocorrendo aqui mesmo no nosso Estado. A usina hidrelétrica de Itá. Obra fundamental para o desenvolvimento dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambos carentes de energia elétrica. O óbvio é

o lógico era esta obra ser construída tendo como prioridade a geração de empregos e impostos para estes Estados. Assim um governo Lula olharia esta obra e bancaria viabilizá-la com recursos provenientes da União e dos dois Estados. Esta seria uma parceria socialmente correta para Itá. A outra forma de olhar é tratar a obra como um estorvo para o Estado, buscando às pressas qualquer tipo de parceiro, pouco se importando com o destino da energia ali gerada, escondendo da sociedade o fato daquela energia não ser mais um bem social, mas um mero insumo básico que irá gerar riqueza, emprego e impostos em outras regiões.

Como se pode ver as diferenças são gritantes.

Coloco-me nestas eleições à Assembleia Legislativa como uma opção frontalmente contrária à privatização do setor elétrico, que propõe àquela Casa uma política energética para Santa Catarina, ambientalmente segura e ecologicamente equilibrada. Utilizarei meu relacionamento de mais de 20 anos com o setor elétrico, somado ao fato de ser o Coordenador do Programa de Energia do PT em Santa Catarina e um dos colaboradores do programa de Governo Lula, para que a energia elétrica sempre seja tratada como um bem social e um instrumento de política de desenvolvimento e distribuição de renda.

Mauro Passos
Candidato a deputado estadual



Baseado na Constituição Federal, que sujeita as empresas públicas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, apresentei Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, dispondo sobre o contrato de auto-gestão entre as empresas estatais e o Governo do Estado.

O setor elétrico compõe um dos monopólios naturais e não se pode dispensar o capital privado. Ao contrário, este precisa ser estimulado a participar. Porém sou contra a privatização, pois seria a substituição do controlador do

monopólio que pode, permanecendo público, dar bons resultados através do contrato de gestão.

Visando resguardar a livre iniciativa e eliminar quaisquer privilégios, acredito ser necessário que as empresas públicas tenham, cada vez mais, eficiência gerencial e níveis de produtividade compatíveis com os das empresas privadas.

Somente assim, correspondendo às expectativas do Estado e da Sociedade, as estatais terão autonomia relativa na gestão de seus recursos, remunerando seus servidores de acordo com a qualificação profissional e adequadamente aos níveis de produtividade apresentados

Joaquim Lemos
candidato a deputado estadual



O candidato da Coligação Viva Santa Catarina ao Governo do Estado, Paulo Afonso, é terminante mente contra a privatização da Celesc, por considerar a empresa auto-suficiente, e uma das melhores, entre as estatais catarinenses.

Uma das principais metas do seu Plano de Governo é intensificar os programas de geração de energia. "Queremos a Celesc fortalecida e produzindo energia, e não apenas distribuindo e administrando", falou Paulo Afonso. Seu Programa de Governo prevê implantação de rede elétrica em todas as propriedades do Estado, priorizando a aquisição de materiais de fabricação catarinense, bem como a contratação de empresas instaladas no Estado para os serviços terceirizados.



Energia: O Estado deve desenvolver um rigoroso programa de geração de energia elétrica. A liderança do programa caberá à Celesc, com a participação da iniciativa privada, interessada no setor. Penso que, por uma questão estratégica o Estado não pode ficar eternamente na dependência de suprimentos externos. Também por uma questão estratégica, o Estado não pode perder o controle do setor. A geração de energia vai possibilitar à Celesc ganhos adicionais para serem aplicados na maior eficácia da distribuição.

O mesmo aconteceu com os candidatos eletricitários a cargos legislativos. Foram feitos contatos com Nivaldo Wessler, Lício Mauro da Silveira, Eroni Forester, Joaquim Coelho Lemos, Mauro Passos e Aldo Rosa. Destes, também apenas dois atenderam a solicitação.

Em respeito àqueles que dispuseram de parte do seu tempo para explicar aos eletricitários catarinenses seus projetos decidimos publicar as respostas recebidas.

Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH - também terão estímulo de Paulo Afonso. Outra determinação é o incentivo à utilização de fontes alternativas de energia, como solar, eólica, biodigestores e outras, buscando atender todo meio rural. Estes projetos serão elaborados pela Celesc, Cepel e UFSC, e, pelo caráter pioneiro, serão totalmente isentos de impostos.

Quanto aos trabalhadores do Estado é preciso corrigir as distorções impostas pelo último Governo. Qualquer solução para os problemas salariais passa necessariamente por duas questões básicas: o aumento da arrecadação e a vontade política do governante, afirma o candidato. "Precisamos recompor os salários dos servidores aos níveis da dignidade, devolvendo uma política salarial, esta é a nossa proposta. Para isso criaremos projetos inovadores de geração de receita e combatemos a sonegação".

Paulo Afonso

Privatização: Não há menor hipótese de privatizar a Celesc. Vamos buscar a parceria da iniciativa privada, mas sem comprometer a liderança e, principalmente, sem perder o controle do setor.

Trabalhadores: Nosso objetivo é buscar a motivação do trabalhador. Isto implica em melhor remuneração, melhores condições de trabalho, melhor treinamento profissional e melhores perspectivas na carreira funcional. Não posso prometer que vamos alcançar tudo isto. Mas posso dar a certeza de que vou me empenhar ao máximo para alcançar estes objetivos. Vamos ampliar o diálogo e torná-lo mais permanente.

Angela Amin

TRIBUNA
Livre

Fundos de Pensão, um futuro incerto

José Nazareno Correa
Presidente do Sintresc

O Fundo de Pensão, patrimônio de 35 bilhões de dólares, construído através da contribuição mensal dos empregados, tem sido alvo constante do Governo Federal, que procura se apropriar destes recursos e dos bancos privados, que querem privatizar também a velhice, abocanhando esta fatia de mercado que são os trabalhadores das estatais.

É importante portanto lembrar, principalmente diante das eleições que se aproximam, das investidas do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que através de uma simples Portaria, tentou se apropriar de 35% dos ativos das Fundações. Sua intenção caiu por terra graças à luta desenvolvida pelas associações de aposentados e entidades sindicais, que se contrapuseram na Justiça, arguindo a inconstitucionalidade desta Portaria.

Cabe também lembrar, nesta hora, do que foi a pressão do Governo Collor para que as fundações comprassem as ações da Sade, o chamado escândalo PP, que repercutiu na imprensa nacional, gerando inclusive uma CPI motivada pelas denúncias levantadas pelo movimento sindical. Quem não se lembra também, das denúncias feitas por dirigentes sindicais durante a gestão Gazaniga, quanto à apropriação indevida das contribuições dos participantes da Fundação Elos?

Quem não se lembra que dirigentes sindicais foram punidos e processados por denunciar publicamente estas irregularidades?

Os resultados destas condenáveis práticas e procedimentos são hoje um motivo concreto de preocupação e incerteza quanto ao futuro dos Fundos de Pensão.

No caso específico da Eletrosul, a própria Secretaria da Previdência Complementar, diante da insuficiência patrimonial detectada, já se manifestou exigindo providências da Elos "no sentido de reverter tal situação, evitando no futuro, uma inviabilização do Plano de Benefícios".

Fazer estas colocações neste momento quando as pessoas estão refletindo sobre o seu voto, relacionando-o com a cara da Presidência da República, do Congresso, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa que ele quer para si, é fundamental e oportuno pois se está contribuindo para que o voto seja o instrumento legítimo capaz de desenhá-lo este novo rosto e limpar todo este mofo que há anos nos envergonha.

A luta pela manutenção e preservação dos Fundos é uma luta eminentemente política. Trata-se de uma disputa de projetos políticos associada a pressões de grupos privados. Num passado recente outros fundos e mecanismos de captação já existiram. Quem não se lembra da Capemi, Montepio da Família Militar, GBOEx, etc? Onde estão? Que fim levaram? Procure saber junto aqueles que um dia sonharam que teriam uma aposentadoria decente e uma velhice digna.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scmazzone (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

LINHA eleição

A (anti)lógica das pesquisas

Jacques Mick
Jornalista

As pesquisas eleitorais se sucedem e, ainda que não acusem mudanças substanciais da tendência de voto, continuam rendendo manchetes na pobre cobertura que jornais e televisões cedem à disputa presidencial. A novidade é a falta de atenção a respeito das razões da maior incógnita das próprias pesquisas: Por que o caso Ricúpero não provocou impacto na tendência eleitoral?

O escândalo foi tão unânime que o ministro foi prontamente substituído - até, supõe-se, para minimizar o efeito eleitoral que possivelmente seria provocado pela repercussão das falas captadas pelas parabólicas. Só que, independente da agilidade ou não da troca de ministros, o efeito da confissão ministerial do uso da máquina e do monopólio das comunicações em benefício do candidato do governo foi, segundo as pessoas, nenhum.

Não basta olhar para os números friamente e afirmar: é assim porque é assim. A confissão do ministro foi explícita. As afirmações comprovaram a contestação dos princípios de igualdade e justiça entre os diversos candidatos, por Fernando Henrique Cardoso. Todos os demais candidatos foram prejudicados, de Lula ao recém-chegado Carlos Gomes. E o escândalo não repercutiu nas intenções de voto?

Para dar suporte a pesquisas de intenções de voto, é preciso ter o amparo de pesquisas qualitativas, que identifiquem as razões das mudanças de opinião do eleitorado. Ou, neste caso, que captem o motivo da indiferença do cidadão diante das confissões do ministro. Pesquisas qualitativas anteriores à campanha eleitoral afirmavam que o cidadão iria escolher novos governantes que se encaixassem em alguns valores que considerava fundamentais - entre eles, a honestidade. Se há consenso sobre a ilegalidade do uso da máquina, a imoralidade do apoio velado da maior rede de comunicação do país a um dos candidatos, qual é o segredo mecanismo que barra o "efeito Ricúpero"?

Jornais, rádios e televisões captaram a queda das intenções de voto em Lula no início de julho e afirmaram que ela se devia a dois fatores: a aceitação massiva do Plano Real e o prolongado impasse solucionado coma substituição do vice Bisol por Mercadante. Neste caso, a justificativa assemelhava-se a uma equação matemática.

Haveria interesses semelhantes gerando comportamentos distintos da imprensa nas coberturas do caso Bisol, da implantação do plano, das declarações do ministro e do uso da máquina? A indiferença do eleitor diante da ilegalidade seria mais uma manifestação de uma bovina passividade nacional? Ricúpero precisaria ter sido substituído? Ou as pesquisas não captaram o "efeito Ricúpero"?

São perguntas demais. Os jornais parecem não preocupar-se em procurar a resposta.

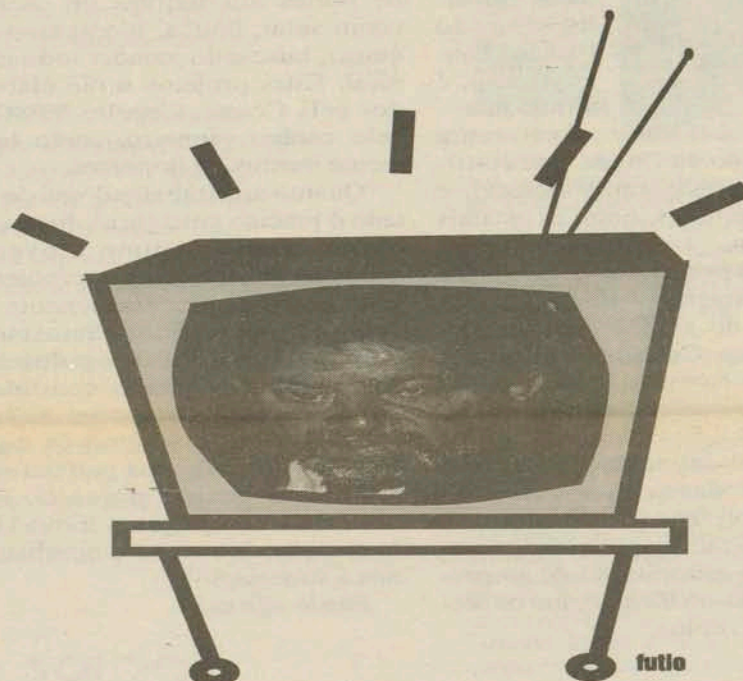
Francisco José Karan
Jornalista, professor da UFSC e
Membro da
Comissão de Ética da Fenaj

O horário eleitoral "gratuito" é pago. Quem paga é o governo, que retira dinheiro de possíveis investimentos em saúde, educação, habitação, transportes, saneamento e comida. O governo paga e não é a nós. Paga aos meios de comunicação, conforme estipula a Lei 8.713, de 02.10.93 (regulamentada pelo Decreto 936/93). E paga mais, já que o tempo de transmissão é remunerado a 80% do preço do anúncio em horário nobre (deixa de fora a taxa de 20% das agências de publicidade). Como, no caso, as empresas não pagam os impostos e taxas habituais (em torno de 34%), na verdade a mídia lucra bastante com o horário, pago pelo contribuinte, embora tevês e rádios sejam "serviço público", de acordo com a Constituição.

Mas os meios de comunicação preferem esquecer isso. Falam, no entanto, que a greve dos metalúrgicos do ABC coloca em risco o Plano Real. Deixam de ressaltar, ao mesmo tempo, que os bancos põem em risco a estabilidade da moeda, uma vez que cobram exorbitantes taxas mensais de empréstimos e serviços, com uma moeda estável. Se é estável, por que tão elevadas taxas? Como disse Elio Gaspari, o Setembro Negro não começou no "chão das fábricas", mas caiu "do alto dos grandes edifícios de vidros pretos dos centros financeiros". Ele lembra, em coluna afastada dos limites editoriais, que "a fábrica da inflação está no capital, não no trabalho". Como notícia, isso não tem importância.

O governo faz acordo com empresários para segurar preços até depois das eleições, mas isso é matéria de páginas internas. O governo faz acordo com banqueiros para não demitir funcionários ou fechar agências - ou as duas coisas -, pelo menos até a vitória de FHC. Depois não há problemas. Mas a mídia não trata disso. O Banco do Brasil é o banco que mais investe em agricultura. Recolhe anualmente milhões de dóla-

res aos cofres do governo e mantém planos internos e externos que auxiliam na resolução de problemas sociais, ao contrário de muitos bancos privados. Mas a mídia quer privatizá-lo e aí é notícia de primeira página. A estatização do Banco do Brasil, da Petrobrás e da Telebrás - empresas sérias, competentes e confiáveis - só não é mais falada agora porque há um grande contingente de funcionários eleitores, nelas, que precisa ser cooptado para a candidatura do governo e da mídia. Logo após as eleições, o tema passa a ser notícia.



A última Pesquisa DataFolha, de 13 a 15 de setembro, mostra que na pesquisa espontânea, é de 42% o índice de eleitores que não sabem em quem votar para presidente em 03 de outubro e é de 8% de votos brancos e nulos. Isso dá 50% mas não é relevante para o jornalismo. Relevante é dizer que, na pesquisa indevida, o índice é de 10% para os indecisos e de 8% o de votos brancos e nulos. Notícia é pautar a repercussão da pesquisa em cima da indução, e não da espontaneidade. Aí, dá pra reforçar a tendência hegemônica, contrabandear para a candidatura da mídia os votos daqueles que ainda estão em dúvida.

No Brasil, nove famílias controlam 90% dos veículos de comunicação: Sílvio Santos - ou Senhor Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Frias (Folha), Marinho (Globo), Mesquita (grupo Estado), Saad (Bandeirantes), Sirotsky (RBS), Civita (Abril) e Nascimento Britto (Jornal do Brasil). A maioria forma

conglomerados e redes de rádios, tevês, jornais e revistas. Nos Estados Unidos, a quem a mídia usa como exemplo de economia diversificada, competitiva e livre, é proibido tal predomínio. Mas é claro, neste caso, não é exemplo e não convém lembrar.

Conforme levantamento de José Paulo Cavalcanti Filho e André Mendes de Almeida, só Nova Iorque tem 350 jornais diários ou semanais, 52 estações de rádios e 358 canais de televisão (345 a cabo e 13 estações de TV por radiodifusão). Lá, a Suprema Corte estipulou que

fontes diversificadas e antagônicas são essenciais ao bem público. Nos EUA, exemplo para os empresários brasileiros, há limites para a difusão em cadeia; há limite para o controle de TV sobre programação; é vedado o acesso das redes na distribuição dos programas; é limitado o número de emissoras de rádios, por controlador, em uma mesma área; e é limitada a exploração a apenas um tipo de veículo, por mercado: rádio ou TV. Isto quer dizer que deve ser reforçada a pluralidade social e de versões e que não pode haver concentração da mídia em mãos de poucos proprietários. Lá, agora

na modernidade, o Judiciário tem se preocupado em legislar contra a concentração e globalização da comunicação. Mas isso os empresários daqui não querem aplicar. Tampouco querem ouvir falar ou, mesmo, relatar jornalisticamente, embora fosse um dever técnico e ético.

O cinismo empresarial é flagrante. É tão grande quanto o de dizer que, nas eleições de 3 de outubro, a mídia não tem candidato a presidente e que isto reflete-se na cobertura jornalística eleitoral. Duzentos anos atrás, Napoleão Bonaparte afirmou que se perdesse o controle da imprensa, não duraria três meses no poder. Os empresários da mídia brasileira querem manter o poder dos séculos 17 e 18, só que com as vantagens financeiras e políticas da véspera do século 21. É o medievalismo pós-moderno no fazer jornalístico e nas relações de trabalho e de cidadania.